

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:**

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Em 2013 o Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas. Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado. Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas convertidas em clientes. Em 2015, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco Original neste importante nicho do mercado brasileiro.

• PROJETO BANCO DIGITAL

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de alta renda, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento. A partir desses princípios iniciamos em 2013 e de forma mais acelerada no final de 2014, pesados investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para construção de um banco digital completo que utilizará o que há de mais atual na tecnologia global. Lançamento previsto para 2015. Neste sentido, o Banco Original apresentou em 28/07/2014 referente ao ano base 2013 as informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) relacionadas às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de Inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no Capítulo III da Lei nº 11.196 de 2005 (Lei do Bem). Em 11/06/2015 o MCTI comunicou ao Banco Original S.A. que as exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas, o que o habilita usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei. O benefício de imposto de renda e contribuição social gerado pela instituição foi de R\$ 771.

• DESEMPENHO NOS NEGÓCIOS**1. RESULTADOS**

Em 30 de junho de 2015 o Banco apresentou lucro no semestre de R\$ 56.079, contra um lucro de R\$ 21.695 apresentado no primeiro semestre de 2014. Este crescimento expressivo no resultado é decorrente da expansão dos negócios corporate e agronegócio, através da ampliação da oferta de produtos e serviços consolidando a fidelização de nossos clientes.

2. ATIVOS E PASSIVOS

O total de ativos atingiu R\$ 5.554.536 (30/06/2014 - R\$ 2.875.983), e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Aplicações Interfinanceiras	541.518	735.172
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.347.685	558.167
Carteira de Créditos	3.020.652	1.289.889
A carteira de crédito e carteira com característica de operação de crédito ao término do semestre atingiu R\$ 3.020.652, o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 90.150, correspondente a 3% da carteira total, em junho de 2014 correspondiam a R\$ 1.289.889, R\$ 41.746, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99. O crescimento de 134% da carteira de operações de crédito, que está representado pela expansão do segmento corporate e agronegócio e a aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao portfólio do Banco um mix de clientes e produtos, que, por serem de menor risco, geram menor margem financeira, e resultam em menores despesas com provisão de crédito. Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, em função do expressivo crescimento da carteira de crédito e de forma conservadora a Administração optou por antecipar a possível piora do cenário econômico brasileiro realizando um aumento para as provisões de crédito.		

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.033.507 (30/06/2014 - R\$ 1.953.701), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2015	30/06/2014
Capital Social	2.103.451	2.080.301
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(8.150)	(361)
Prejuízos Acumulados	(61.794)	(126.239)

• EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS

Em 2014, o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou as seguintes expansões para o Banco Original S.A.:
- Operar com a carteira de investimentos e/ou desenvolvimento;
- Abertura de agência no exterior;
- Aquisição de investimento na Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.;
- Aquisição de investimento na Original Asset Management Ltda.

• AGÊNCIA DE RATING

As agências internacionais de rating atribuíram notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR - moeda local e estrangeira)	
Moody's ⁽¹⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽¹⁾	brA-3	brBBB	-	-
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2	BBB+	B	B+

⁽¹⁾ Junho/2015

• GOVERNANÇA CORPORATIVA**1. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES**

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

2. COMITÊ DE AUDITORIA

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

• OUIDORIA

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 30 de junho de 2015, foram abertas 33 demandas informadas à Alta Administração do Banco, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução BACEN nº 3.849/2010.

• PESSOAS

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

• RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria. Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 26 de agosto de 2015
Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2015	30/06/2014
Ativo Circulante		4.190.156	2.072.673
Disponibilidades	4	21.454	6.068
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	536.954	731.090
Aplicações no Mercado Aberto		534.942	699.412
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.012	31.678
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.231.907	324.608
Carteira Própria	6.a	663.174	94.143
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	247.965	-
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	178.382	226.150
Instrumentos Financeiros Derivativos		142.386	4.315
Relações Interfinanceiras	7	974	3.185
Pagamento e Recebimentos a Liquidar		22	1.202
Créditos Vinculados:		661	226
Depósitos no Banco Central	7	661	226
Correspondentes		291	1.757
Relações Interdependências	14.d	1.210	141
Transferências Internas de Recursos		1.210	141
Operações de Crédito	8	1.752.850	826.940
Sector Privado		1.808.618	856.146
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(55.768)	(29.206)
Outros Créditos	9	634.844	173.962
Carteira de Câmbio	9.a	91.041	72.584
Rendas a Receber		749	443
Negociação e Intermediação de Valores		6.143	2.502
Créditos Tributários	9.b.1	50.712	29.962
Direitos creditórios	9.d	462.347	42.552
Diversos	9.d	28.267	27.001
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(4.415)	(1.082)
Outros Valores e Bens	10	9.963	6.679
Despesas Antecipadas		9.963	6.679
Ativo Realizável a Longo Prazo	9	930.883	729.696
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	4.564	4.082
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		4.564	4.082
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	115.778	233.559
Carteira Própria	6.a	115.778	-
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	-	233.559
Operações de Crédito	8	629.327	306.097
Sector Privado		659.294	317.555
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(29.967)	(11.458)
Outros Créditos	9.b.1	125.747	127.330
Créditos Tributários		125.747	127.330
Outros Valores e Bens	10	55.467	58.628
Outros Valores e Bens		74.366	74.116
(Provisão para Desvalorização)		(18.899)	(15.488)
Permanente	13	433.497	73.614
Investimentos	11	53.949	604
Participações em Coligadas e Controladas:		53.484	-
No País		53.484	-
Títulos Patrimoniais		-	401
Outros Investimentos		465	203
Imobilizado de Uso	12	82.367	20.369
Imóveis de Uso		6.686	3.921
Outras Imobilizações de Uso		87.353	26.342
(Depreciações Acumuladas)		(11.672)	(9.894)
Ativos Intangíveis	13	297.181	52.641
Ativos Intangíveis		297.181	52.641
Total do Ativo		5.554.536	2.875.983

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		2.068.201	12.100	504	(147.934)	1.932.871
Aumento de Capital		12.100	(12.100)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	(865)	-	(865)
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	21.695	21.695
Saldo em 30 de Junho de 2014		2.080.301	-	(361)	(126.239)	1.953.701
Mutações do Semestre		12.100	(12.100)	(865)	21.695	20.830
Saldo em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385
Aumento de Capital	18.a	23.150	(23.150)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	43	-	43
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	56.079	56.079
Saldo em 30 de Junho de 2015		2.103.451	-	(8.150)	(61.794)	2.033.507
Mutações do Semestre		23.150	(23.150)	43	56.079	56.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, anteriormente à promulgação da Lei nº 11.638/2007, e Medida Provisória (MP) nº 449/2008 (convertida posteriormente na Lei nº 11.941/2009), com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 26 de agosto de 2015 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

- a) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.
- b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.
- c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.
- d) Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2015 e 2014, os valores são compostos conforme Nota 4.
- e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:** As operações compromissadas são ajustadas pela taxa de mercado contratada em cada operação. Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.
- f) Títulos e Valores Mobiliários:** De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
 - Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
 - Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado. Em 30 de junho de 2015 não haviam títulos mantidos até o vencimento.
- g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos):** Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco. Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.
- h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas com receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. A partir de 1º de janeiro de 2012, entrou em vigência a Resolução nº 3.533/2008, do CMN, que alterou o registro das operações de cessões de crédito, realizadas a partir de 2012, estabelecendo procedimentos para a classificação e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Conforme esse novo normativo, a manutenção ou baixa do ativo financeiro está relacionada à retenção substancial dos riscos e benefícios na operação de venda ou transferência. As operações de cessão de crédito classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.
- i) Outros ativos:** Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.
- j) Despesas Antecipadas:** São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

k) Permanente: Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

- k.1) Títulos Patrimoniais:** Os títulos patrimoniais estão demonstrados pelo valor nominal e são atualizados na data-base do balanço pelo seu valor patrimonial, com base nas informações recebidas da entidade. O montante dessa atualização, quando apurado, é reconhecido no resultado.
- k.2) Investimentos em Controladas:** Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.
- k.3) Imobilizado de Uso:** O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem sendo edificações - 25 anos instalações, móveis, equipamentos de uso, benfeitorias em imóveis de terceiros, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos conforme Nota 12.
- k.4) Intangível:** Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários. Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. Esses gastos serão amortizados durante sua vida econômica estimada, que não ultrapassará dez anos. A amortização do projeto não foi iniciada até junho de 2015. A expectativa é de que a amortização iniciará a partir de 2016.
- l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment"):** É reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substanciais, independente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente, no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No primeiro semestre de 2015 e 2014 foram realizados testes e à instituição identificou a existência de indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros reconhecendo seus impactos no resultado.
- m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.
- n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido):** A provisão para IRPJ é constituída com base nos rendimentos tributáveis pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL das instituições financeiras é de 15% e 9% para as demais empresas sobre o lucro tributável. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre os quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. São créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias): O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:
Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
Passivos contingentes - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos;
Provisões - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): O PIS 0,65% e o COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e do COFINS são registradas em "despesas tributárias".
Outros Passivos: Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

r) Resultado de Exercícios Futuros: Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

s) Partes Relacionadas: O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 20.

t) Resultado por Ação: É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

u) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP): A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme permite o Art. 202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976. No primeiro semestre de 2015 e 2014 não foram declarados dividendos na forma de JCP.

v) Avals e Fianças: Os avals e fianças não honorados e prestados pela Instituição, não constituindo por dinheiro, são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos revistos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrente de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos. As rendas de comissões de avals e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por Coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas. As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência. As operações de avals e fianças honoradas terão provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

4. DISPONIBILIDADES

Composição	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	21.454	6.068
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	534.942	729.892
Total	556.396	735.960

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	30/06/2015		30/06/2014	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	534.942	-	534.942	699.412
Posição Bancada	534.942	-	534.942	668.439
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	335.575
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	534.942	-	534.942	332.864
Posição Financiada	-	-	-	30.973
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	30.973
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.012	4.564	6.576	35.760
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	4.564	34.562
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	176	-	176	141
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	1.633	-	1.633	976
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	203	-	203	81
Total	536.954	4.564	541.518	735.172
Circulante	536.954	4.564	541.518	735.172
Longo Prazo	-	-	-	4.082

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiados na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria	-	-	-	-
Títulos Privados	-	-	-	-
Ações de Companhias Abertas	33.249	55.677	88.926	41.828
Total Carteira Própria	33.249	55.677	88.926	41.828
a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-
	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	158.163	(366)	157.797	47.369
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	48.816	(1.411)	47.405	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	56.883	(1.324)	55.559	1.541
Aplicação em títulos e valores mobiliários no Exterior ⁽¹⁾	429.141	(3.109)	426.032	-
Títulos Privados	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	3.208	25	3.233	3.405
Total	696.211	(6.185)	690.026	52.315
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	240.468	(2.932)	237.536	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.727	(298)	10.429	-
Total	251.195	(3.230)	247.965	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	165.376	(2.295)	163.081	393.655
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	15.739	(438)	15.301	66.054
Total	181.115	(2.733)	178.382	459.709

⁽¹⁾ Os títulos no exterior encontram-se custodiados na EuroClear.

a.2) Classificação e Vencimento

	30/06/2015		30/06/2014	
	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Títulos para Negociação	-	-	-	-
Carteira Própria	-	-	-	-
Títulos Privados	-	-	-	-
Ações de Companhias Abertas	88.926	-	88.926	41.828
Total Carteira Própria	88.926	-	88.926	41.828
Circulante	-	-	-	-
Longo Prazo	-	-	-	-
Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-
	30/06/2015		30/06/2014	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Carteira Própria	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	126.435	18.548	12.814
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	47.405
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	55.559	55.559
Aplicação em títulos e valores mobiliários no Exterior	-	243.353	182.679	426.032
Total Títulos Públicos	-	369.788	201.227	115.778
Títulos Privados	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	3.233	-	-	3.233
Total Títulos Privados	3.233	-	-	3.405
Total Carteira Própria	3.233	-	-	3.405
Circulante	3.233	-	-	3,405
Longo Prazo	-	-	-	-
Vinculados a compromissos de recompra	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	184.997	52.539	237.536
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	10.429
Total Vinculados a compromissos de recompra	-	184.997	52.539	247.965
Circulante	-	-	-	-
Longo Prazo	-	-	-	-
Vinculados à prestação de garantias	-	-	-	-
Títulos Públicos	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	163.081	-	163.081
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	15.301	66.054
Total Vinculados à prestação de garantias	-	163.081	15.301	226.165
Circulante	-	-	-	233.559
Longo Prazo	-	-	-	-

A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gala Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBL). O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e está representado pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2015		01/01 a 30/06/2014	
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	37.547	-	-	45.255
Resultado de Títulos de Renda Fixa	32.436	-	-	11.698
Resultado de Títulos de Renda Variável	28.957	-	-	(14.409)
Resultado de Títulos no Exterior	19.934	-	-	-
Total	118.874	-	-	45.544

b) Instrumentos Financeiros Derivativos: O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições de risco, taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico. Para o semestre findo em 30 de junho de 2015 e 2014 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002. A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 29. Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e

não negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração. As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "VaR" Paramétrico (*Value at Risk*), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss". Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem uma característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente. A carteira Trading a seguir corresponde ao Conglomerado Financeiro:

Carteira Trading - jun/2015		Valor at Risk		jun/14	
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	354	2.825	24.224	-
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	1	4	1	-
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	2.805	393	140	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	12.283	15.464	7030	-
Exposição com Correlação		14.303	16.358	-	-

Carteira Banking - jun/2015

Risco	Média	Fechamento	jun/14
Risco de Taxa de Juros	27.045	29.975	30.119

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração no Apuração do Valor de Mercado: A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado:

• **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
 • **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;

• **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e

• **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado
NDF	-	-	-	-
Posição Ativa	31.644	42.936	2.334.464	4.530
Commodities	-	-	21	27
Pré-Fixado	3.758	17.699	2.046.526	-
Dólar	27.886	25.237	287.938	4.509
Passivo	(29.614)	(8.367)	(2.334.464)	(1.906)
Commodities	-	-	(4.452)	-
Pré-Fixado	(2.082)	(2.853)	(287.938)	-
Dólar	(27.532)	(5.514)	(2.040.345)	(1.906)
Euro	-	-	(1.729)	-
Diferencial Líquido	2.030	34.569	-	(612)

Swap

Posição Ativa	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
Dólar	101.269	95.984	442.861	-	-	-
CDI	514	1.385	126.327	4.005	2.900	116.998
Passivo	(2.817)	(2.133)	(569.188)	-	-	-
Pré-Fixado	-	-	(436.231)	-	-	-
Dólar	(2.747)	(1.965)	(121.327)	-	-	-
CDI	(70)	(168)	(116.303)	-	-	-
Diferencial Líquido	98.965	95.236	-	4.005	2.900	116.998

Opções

Posição Ativa	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Referencial do Contrato
Futuro DI	1.956	2.081	19.331.400	-	-	-
Futuro DI	1.956	2.081	19.331.400	-	-	-
Diferencial Líquido	1.956	2.081	19.331.400	-	-	-

Resumo

	30/06/2015		30/06/2014	
	Valor a Receber/ (Pagar)	Ajuste ao Mercado	Valor Referencial dos Contratos	Valor Referencial dos Contratos
Compra/Venda de NDF - a Receber/(Pagar)	2.030			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	Ativo		Passivo		Valor Líquido		Valor Líquido	
	Fiscal Diferido	Fiscal Diferido	Fiscal Diferido	Fiscal Diferido	dos Impostos Diferidos	dos Impostos Diferidos	dos Impostos Diferidos	dos Impostos Diferidos
2014	-	-	-	-	29.962	14.066	-	-
2015	50.712	36.318	-	-	14.394	36.748	-	36.748
2016	33.072	-	-	-	33.072	18.763	-	18.763
2017	30.356	-	-	-	30.356	27.044	-	27.044
2018	58.043	-	-	-	58.043	44.049	-	44.049
2019	2.255	-	-	-	2.255	726	-	726
A partir de 2020	2.021	-	-	-	2.021	-	-	-
Total	176.459	36.318	-	-	140.141	157.292	15.896	141.396

O Banco realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 0,7% a.a. à 1,88% a.a. As aplicações em TVM no exterior na sua totalidade foram dadas em garantia dessa operação.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários: O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2015, considerando à taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 144.685 (30/06/2014 - R\$ 127.395).

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar (1)	11.799	11.995
Devedores por Depósitos em Garantia	10.474	7.001
Para Interposição de Recursos Fiscais (2)	1.794	1.399
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	2.185	2.048
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	6.495	3.554
Direitos Creditórios (3)	462.347	42.552
Pagamentos a Ressarcir	1	2
Adiantamentos Salariais/Outros	4.915	2.905
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	837	835
Devedores Diversos - País	241	4.263
Total	490.614	69.553
Circulante	490.614	69.553
Longo Prazo	-	-

(1) Em 30 de junho de 2015 este montante refere-se, principalmente, ao PIS e à COFINS a compensar, oriundos da incorporação da Ficris Axelrud S.A. ocorrida em 1º de março de 2013, a serem utilizados na compensação de outros tributos federais.

(2) O Banco possui apenas uma ação ativa de natureza tributária para qual foi efetuado depósito judicial.

(3) Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 345.669, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 30 de junho de 2014 não tivemos esta operação.

10. OUTROS VALORES E BENS

	30/06/2015	30/06/2014
Bens não de Uso - Imóveis (Provisão para Desvalorização)	74.366	74.116
(18.899)	(15.488)	
Despesas Antecipadas	9.963	6.679
Total	65.430	65.307
Circulante	9.963	6.679
Longo Prazo	55.467	58.628

No semestre findo em 30 de junho de 2015 o Banco de forma conservadora, incrementou a provisão para desvalorização no montante de R\$ 3.508. No primeiro semestre findo em 30 de junho de 2014 o Banco fez uma consolidação de imóveis no montante de R\$ 37.064 para quitação de dívidas. Destacamos que não houve impacto no resultado, pois, a reversão da PCLD para essa recuperação ocorreu no mesmo período de sua constituição.

11. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS E CONTROLADAS

Investimentos Controlados do Banco	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		30/06/2015 Participação
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/Fundos	3.500.000	99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000.000	99,9%

Controladas do Banco	Patrimônio Líquido Ajustado		Resultado da Patrimônia	
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014
Original Asset Management Ltda. (1)(2)	52.952	1.080	52.425	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. (1)	1.060	61	1.059	61
Total	54.012	1.141	53.484	1.130

(1) Investimento adquirido em 03 de outubro de 2014.

(2) Foi realizado aporte de R\$ 50.000 no primeiro semestre de 2015.

12. IMOBILIZAÇÃO DE USO

	Custo	Depreciação	30/06/2015 Residual	30/06/2014 Residual
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	6.686	(1.523)	5.163	2.887
Sistemas de Processamento de Dados (1)	85.788	(9.096)	76.692	16.908
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.013	(540)	473	504
Outros	552	(513)	39	70
Total	94.039	(11.672)	82.367	20.369

(1) O aumento refere-se ao desenvolvimento do Projeto Digital.

13. INTANGÍVEL

	Custo	30/06/2015 Líquido	30/06/2014 Líquido
Gastos com Desenvolvimento	212.905	212.905	43.181
Gastos com Consultoria Especializada	84.276	84.276	9.460
Total	297.181	297.181	52.641

O Banco está reconhecendo um intangível referente ao Projeto Digital que se encontra na fase de desenvolvimento, observando as regras estabelecidas nas normas vigentes. A expectativa que a amortização iniciará a partir do ano de 2016.

14. CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015 Total	30/06/2014 Total
Depósitos à Vista	33.000	-	-	-	33.000	24.720
Depósitos Interfinanceiros	-	110.106	-	-	110.106	-
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	259.714	367.836	204.157	831.707	371.786
Total	33.000	369.820	367.836	204.157	974.813	396.506

Circulante 770.656 **30/06/2015** 135.678 **30/06/2014** 260.828

Longo Prazo 204.157 **30/06/2015** 638.135 **30/06/2014** 135.678

Em 30 de junho de 2015 os Depósitos a Prazo estão compostos por DPGE no montante de R\$ 202.133 (30/06/2014 - R\$ 180.760) e CDB no montante de R\$ 629.574 (30/06/2014 - R\$ 191.026) O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 9% e 11% do CDI, (30/06/2014 - 9% e 11,50% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 12,49 % a.a. e 16,14 % a.a. (30/06/2014 - 7,84% a.a. e 10,80% a.a.). Para operações de DPGE com taxas pós-fixadas praticadas entre 11% e 120% do CDI (30/06/2014 - 11% e 120% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Depósitos Interfinanceiros	(5.241)	(183)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(40.485)	(15.194)
Captação no Mercado Aberto	(2.115)	(903)
LCA	(58.554)	(5.941)
Total	(102.121)	(24.234)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015 Total	30/06/2014 Total
Carteira Própria	246.341	-	-	246.341	-
Títulos Públicos (1)	246.341	-	-	246.341	-
Carteira de Terceiros	-	-	-	-	31.000
Títulos Públicos	-	-	-	-	31.000
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central	246.341	-	-	246.341	31.000
Circulante	246.341	-	-	246.341	31.000
Longo Prazo	-	-	-	-	-

(1) Refere-se a LTN.

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015 Total	30/06/2014 Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	173.940	663.986	323.689	1.161.615	272.992
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	131.887	31.297	219	163.403	-
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	243	77.133	77.376	-
Letras Financeiras - LF	305.827	695.526	401.041	1.402.394	272.992
Total	1.001.353	1.402.394	777.962	3.181.709	548.984

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 86,21% e 104% do CDI (30/06/2014 - 50% e 103% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 10,91% a.a. e 13,75% (30/06/2014 - 2,88% a.a. e 11,65% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 88% a 103% do CDI (30/06/2014 - 92% e 103%). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 108% a 120% do CDI ou 120,16% a 127,49% do IPCA, em (30/06/2014 - não tinham operações LF).

d) Relações Interdependências: Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeira provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 1.210 (30/06/2014 - R\$ 141).

e) Obrigações por Repasses do País: O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

15. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2015 Total	30/06/2014 Total
Obrigações em Moedas Estrangeiras	24.846	4.729	-	29.575	15.480
Obrigações para Empréstimos no Exterior	353.842	217.102	-	570.944	-
Total	378.688	221.831	-	600.519	15.480
Circulante	378.688	221.831	-	600.519	15.480
Longo Prazo	-	-	-	-	-

O Banco realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 0,7% a.a. à 1,88% a.a. As aplicações em TVM no exterior na sua totalidade foram dadas em garantia dessa operação.

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2015	30/06/2014
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	827	236
Impostos e Contribuições sobre Salários	5.266	3.893
Outros	2.795	1.823
Provisão para Imposto de Renda	9.916	8.985
Provisão para Contribuição Social	6.130	4.700
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b)	36.318	15.896
Total	61.252	35.533

Circulante 61.252 **30/06/2015** 35.533 **30/06/2014** 49.726

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	20.391	20.762
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	33.236	31.964
Provisão para Outros Créditos (Nota 8.e.1)	5	-
Provisões para Pagamentos a Efetuar	59.275	50.007
Despesas de Pessoal	19.211	44.381
Outras Despesas Administrativas	54	154
Outros Pagamentos (2)	40.011	5.472
Consignados	690	487
Reembolsos a Ressarcir Demais Convênios (1)	14.261	13.198
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	513	1.573
Cessões de Crédito a Liquidar (2)	2.145	9.334
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	-	60
Recuperação de Crédito	84	-
Adtos., Comissões, Antecipações a Correspondentes	774	-
Cessão de Crédito com Coobrigação	42.148	-
Credeores Diversos - Exterior/País	(432)	3.904
Total	173.089	131.289
Circulante	173.089	81.563
Longo Prazo	-	49.726

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Composto basicamente por PLR.

17. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E PROVISÕES

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Saldo Inicial	20.874	20.105
Provisão	2.367	657
Atualização Monetária	506	-
Reversão	(3.356)	-
Saldo Final	20.391	20.762

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.185 (30/06/2014 - R\$ 2.448).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução, e (4) ações de indenização por perdas e danos. No quarto trimestre de 2014, ocorreu uma mudança de metodologia, pela qual o Banco passou a contabilizar as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados, deixando de contabilizar a partir de aplicação de percentual efetivo de perda médio para todas as causas cíveis. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Saldo Inicial	28.594	26.726
Constituição Líquida de Reversão	4.642	5.238
Saldo Final	33.236	31.964

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.495 (30/06/2014 - R\$ 5.554).

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2015 e 2014 o Banco possuía os seguintes montantes de passivo contingente classificado como possível:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Processos Trabalhistas	4.952	73
Processos Cíveis	32.443	29.978
Total	37.395	30.051

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social: Em 30 de junho de 2015, o Capital Social de R\$2.103.451 (30/06/2014 - R\$2.080.301) de domiciliados no País, integralizado é assim apurado:

	30/06/2015	30/06/2014
Ordinárias	2.027.362	2.013.451
Preferenciais	76.089	2.004.212
Total	2.027.362	2.013.451

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial: Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de R\$ (8.150).

c) JCP e Dividendos: Em 30 de junho de 2015 e 2014 não foram deliberados JCP e Dividendos.

c.1) Reserva de Lucros: Em 30 de junho de 2015 não foi constituída Reserva.

c.2) Reserva Estatutária: Em 30 de junho de 2015 não foi constituída Reserva Estatutária.

19. LIMITES OPERACIONAIS

A partir de outubro de 2013, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar segundo as diretrizes de Basileia III. Segundo estas novas regras as instituições financeiras devem manter o patrimônio mínimo de referência (PR), de nível I e nível II compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação Patrimônio de Referência (PR) o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 1%. Este índice deve ser calculado de forma consolidada. Em 30 de junho de 2015 e 2014 o Banco encontra-se enquadrado nos limites de capital e patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pela Resolução nº 4193/2013 e legislação complementar. O Índice de Basileia demonstrado a seguir corresponde ao Conglomerado Financeiro:

	30/06/2015	30/06/2014
Patrimônio de Referência Nível I	1.987.285	2.033.285
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.987.285	2.033.285
RWA (Patrimônio de Referência Excluído) (1)	5.690.878	842.610
RWA _{ativos} (Parcela de Risco de Crédito)	4.403.678	249.718
RWA _{ativos} (Parcelas de Risco de Mercado)	785.953	528.742
RWA _{ativos} (Parcela de		

A DIRETORIA

CONTADOR - Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A. (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das suas demonstrações financeiras.

No ano de 2014, o Banco Original S.A. promoveu a alteração de composição do Comitê de Auditoria. O Banco optou pela migração para um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, o que se alinha às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos e a auditoria interna, e da auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão, utilizando abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco. A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com os responsáveis pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2015.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que a demonstração financeira de 30.06.2015 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria recomenda à Administração do Banco, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015.

São Paulo, 26 de agosto de 2015

Comitê de Auditoria
 Marcelo Habice da Motta
 Márcio Antônio Teixeira Linares
 Miguel Burgos Neto

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Original S.A.
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2015



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
 Contador CRC 1SP167455/O-0